



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

Antonio Jose Araujo Lima¹; Ronaldo Silva Júnior²

¹ Universidade Federal do Maranhão. E-mail: antoniojosearaujolima@hotmail.com

² Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: r.sjunior@hotmail.com.

Resumo: A década de 1960 é uma das mais belas e marcantes para a história da educação brasileira; fatos como o regime ditatorial militar e a publicação da nossa primeira (Lei de Diretrizes e Bases) LDB, a reforma do ensino superior, a implantação do tecnicismo como pedagogia oficial pelo governo federal. Nos anos de 1960, o Brasil viveu e vivenciou acontecimentos que refletem até hoje em nossa sociedade, em especial no campo da educação. Aqui, faremos um apanhado em livros, artigos e periódicos que tratam da temática, a fim de mostrar os principais movimentos e ações que fizeram parte da sociedade na década de 1960, esperando, assim, colaborar com àqueles que se interessam por este apaixonante trecho da história brasileira, a Década de 1960, chamada de anos dourados.

Palavras chaves: Década de 1960. Educação. Reforma do ensino

INTRODUÇÃO

A investigação pretendida classifica-se, em relação à forma de abordagem, como pesquisa qualitativa, pois tem a intenção de descrever o objeto de estudo, com base na subjetividade, para explicar os resultados encontrados a partir da mesma. A respeito da pesquisa descritiva, Rudio (2010, p.71) afirma que: “Descrever é narrar o que acontece. Explicar e dizer por que acontece. Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”. Quanto aos objetivos, pode ser qualificada como pesquisa descritiva, já que se “pretende identificar e descrever as características do objeto, a fim de explicá-lo, segundo a realidade percebida”. (RUDIO, 2010, p. 15).

De acordo com os meios, classifica-se em pesquisa bibliográfica, tendo em vista que necessita recorrer a um referencial teórico consistente que deve ser organizado com base em material publicado, tais como livros, periódicos, dissertações, teses, jornais, redes eletrônicas, entre outros O objetivo foi mostrar o panorama geral da educação na década de 1960.

O vocábulo panorama é formado por dois termos do grego antigo παν (pan), que significa "total", e ὄραμα (órama), que significa "vista". Faremos um apanhado histórico geral, porém superficial, com relação a educação no Brasil na década de 60. Possibilitando uma visão panorâmica dos entes envolvidos no processo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educativo, afim de entendermos a pedagogia oficial da época, com destaque para a promulgação da nossa primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases), reforma do ensino superior e o tecnicismo.

O século XX foi marcado pelo medo e incerteza de mais uma vez, o mundo mergulhar de maneira catastrófica em conflitos ainda maiores do que já havia sofrido. Neste momento o mundo se dividia em dois grandes blocos econômicos, de um lado o socialismo (ou comunismo) que defendia a possibilidade de um mundo melhor, mais humano e igualitário. E do outro, temos o capitalismo (ou liberalismo) que defende de maneira rígida e racional, o desejo de liberdade e justiça. Com o fim da Segunda guerra mundial, os EUA, capitalista e, URSS, socialista, dividiram o mundo e iniciaram uma disputa ainda maior, para conquista de aliados que seguissem as doutrinas impostas pelos modelos defendidos pelos referidos países.

Como era de se esperar em meio à crise que ocorria no mundo, tal fato despertou insegurança nos setores tradicionais da nossa sociedade, pois poderia colocar em risco a manutenção do sistema capitalista no Brasil. Foi nesse momento que os militares ganharam força, iniciando um regime ditador no Brasil em Abril de 1964. Após o golpe comandado pelas forças armadas em 31 de Março do mesmo ano, contra o então presidente João Goulart. O regime militar caracterizou-se pela falta de democracia, desaparecimento de direitos constitucionais, censura perseguição política e repressão aos que eram opositores ao regime. Pode-se também definir, por principal razão da implantação do regime ditador no Brasil, o medo sofrido pelos grandes proprietários de terra, quanto as reformas agrárias que trariam prejuízos imediatos aos grandes latifundiários, principalmente a redução de suas propriedades, proposta defendida desde a abolição da escravidão em 1888. Ou seja, enquanto a população sofria com os desastres do regime, os grandes latifundiários estavam preocupados na possibilidade de perder seus bens.

Em todo caso o mais prejudicado foi a população menos favorecida, como afirma Piletti (1997): "As condições de vida da população continuaram sempre mais precárias: no campo, sem a propriedade de terra, assistência técnica ou condições de sobreviver, milhões de pessoas foram levadas a migrar para as cidades; estas, inchadas repentinamente por milhões de novos habitantes, tiveram seus problemas multiplicados, como: especulação imobiliária, falta de trabalho, ausência de saneamento básico e condições de higiene para a maior parte da população, a precária e insuficiente assistência médica e muitos outros fatores conduziram milhões de brasileiros a viverem em favelas, cortiços, sob viadutos ou nas ruas, sem as mínimas possibilidades de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uma vida digna. Como consequência, os índices de mortalidade infantil cresceram, as doenças contagiosas aumentaram, fazendo dos brasileiros um povo doente e faminto". (Piletti, 1997, p.115).

Toda essa miséria deixou empobrecido também os cofres públicos nacionais, pois nesse período o Brasil contrai uma dívida externa que ultrapassou os cem milhões de dólares. A marginalidade foi um dos fatores mais agravantes para o aumento da miséria e as mortes que ocorreram nesse processo. Tornou-se necessário naquele momento, adequar todas as instâncias nacionais aos interesses da nova classe no poder para que o Regime Militar pudesse ser legitimado e não correr o risco de ser deposto. Nesta perspectiva, foi criado um aparato governamental que diminuía os direitos civis e políticos da população a fim de calar as possíveis vozes de contestação ao regime.

A EDUCAÇÃO

Nos anos 60, a educação era, sobretudo, considerada um instrumento de mobilidade social. Neste quadro, além das funções de socialização e de formação, a educação deveria dar "status" aos indivíduos. A educação representava, para o indivíduo, a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social. Nesse período, o contexto mundial é caracterizado pela reestruturação social abalada pela Segunda Guerra Mundial, pelo fortalecimento do bloco socialista e pela configuração dos sistemas capitalistas e socialista em áreas definidas. Havia, então, uma preocupação com a legitimação da social-democracia, ameaçada pela ideologia fascista do passado e pelo socialismo soviético.

No Brasil, Florestan Fernandes (1972) caracteriza esse período pela passagem de uma ordem social estamental para uma ordem competitiva. Além disso, é um momento em que as idéias de democracia (mais populista do que liberal no Brasil) eram enfatizadas e através delas, pretendia-se diminuir o poder das oligarquias, fortalecerem a burguesia nascente e dar certa participação eleitoral às massas.

Frutos dessa política são a Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971, que se baseavam na constatação da deficiência de mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento econômico do país e da discrepância que há entre a preparação oferecida pelo sistema educacional e as necessidades da estrutura de emprego. Porém, é importante destacar a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

política econômica e desenvolvimentista contida na Reforma Universitária, ou seja, a idéia de que a universidade revelava-se inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento e modernização que estava ocorrendo, exigindo, portanto, a racionalização das atividades universitárias (criação do departamento, do sistema de créditos, do ciclo básico), a fim de lhes conferir maior eficiência e produtividade, aspecto peculiar à análise econômica da educação.

A economia de substituição de importações, iniciada em 1930, acelera-se e diversifica-se entre 1945 e o início da década de 1960. A Constituição do ano de 1946 já havia fixado a necessidade de novas leis educacionais que substituíssem as anteriores, consideradas ultrapassadas para o novo momento econômico e político que o país passava a viver. O final da Segunda Guerra também imprime ao país novas necessidades que a educação não podia ignorar. Era um período de transitoriedade em que havia intensa manifestação a respeito dos rumos do sistema educacional.

Dos muitos debates travados, foi aprovada em 1961, finalmente, a Lei n.º 4.024, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Seus dispositivos mais significativos eram: tanto o setor público como o setor privado têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis; estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais; estrutura do ensino manteve a mesma organização anterior, ou seja: *ensino pré-primário*, composto de escolas maternas e jardins de infância; *ensino primário* de quatro anos, com possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicado; *Ensino médio*, subdividido em dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). *Ensino superior*; flexibilidade de organização curricular, o que não pressupõe um currículo fixo.

Entre 1950 e 1960, o país conheceu as maiores taxas de expansão da alfabetização. Isto se deve ao fato de que, a partir de 1947, foram instaladas classes de ensino supletivo na maior parte dos municípios. De certa forma, tal ensino incentivou a matrícula em cursos profissionais ou pré-profissionais de nível primário. As classes de supletivo e as de ensino complementar (pré-profissional e profissional) em conjunto foram freqüentadas por mais de 400 mil alunos cada ano, por treze anos consecutivos. Assim, o supletivo composto por duas séries escolares, entre 1947 e 1959, alfabetizou cerca de 5,2 milhões de alunos. A taxa de analfabetos que, em 1950, era de 50% atingiu 33,1% em 1970. Assim, as mudanças foram sensíveis: a população total quase atingiu a casa dos 100 milhões, a população urbana cresceu e o índice de alfabetização acompanhou a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

modificação do perfil populacional. Um dos aspectos que mais marcaram o sistema educacional a partir de 1950 foi a expansão geral do ensino. No Brasil, as matrículas de ensino primário e de ensino médio, entre 1920 e 1970, ultrapassaram os índices de crescimento populacional. Em outros termos, boa parcela da população que estava à margem do sistema foi incorporada.

A utilização da TV (TV Educativa), a ampliação do material didático (fornecido pelo governo) e a reformulação da educação superior, ensino médio e primário, são características da educação, na década de 60. Além disso, temos os governos estaduais mantêm um esforço para aumentar o número de vagas, através de investimentos estrangeiros, para a ampliação das escolas e reestruturação do ensino.

O ensino passa a ser direcionado para o mercado de trabalho (desenvolvimento econômico do país), ou seja, o tecnicismo é inserido no currículo escolar, a partir de disciplinas técnicas e melhoria da estrutura (circuito de TV, para a especialização).

Outro fator importante enfrentado nesta década foi à evasão e a repetência, as quais atingiam índices muito altos. Para solucionar ou tentar diminuir estes índices, governos estaduais utilizaram-se de alunos normalistas (ensino médio), para atuarem em classes de recuperação.

Desta forma, não houve bônus para o estado, havendo proporcionado a prática educacional necessária, para estes estudantes secundaristas. Por outro lado, o investimento na educação, teve destaque em estados como Espírito Santo, que aplicou cerca de 30% de suas receitas, no setor educacional.

Com isto, o governo considera a política educacional uma "preocupação básica". E que, mesmo havendo outros problemas, não descuida da política desenvolvimentista da época.

CONCLUSÃO

A década de 1960 representa um período de muitas ações e manifestações com vistas as mudanças no sistema educacional. Segundo Martins (2006): a última reforma do ensino superior brasileiro ocorrida em 1968. Teve como antecedente um significativo movimento de estudantes e também professores, que desde o início da década de 1960, já vinham se mobilizando com intuito de imprimir novos rumos na incipiente vida acadêmica nacional. Quanto ao atendimento de 0 a 3 anos (creches) e de 4 a 6 anos (pré-escola) passou a ser denominado Educação Infantil.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os antigos 1º e 2º graus passaram à denominação Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. A LDB reduz a dois os níveis de educação escolar: o da educação básica (composta por educação infantil, ensino fundamental e médio), e a educação superior.

A educação profissional como modalidade de ensino articulada com os níveis, embora a admita, como habilitação profissional, nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Outras modalidades de ensino, como a educação especial e a educação indígena, ganharam especificidade dentro da nova forma de organização. Nesse sentido, Martins complementa: [...] um conjunto de fatores tem contribuído para esse processo, tais como a valorização do conhecimento técnico e científico, como um dos ingredientes centrais das sociedades modernas, pressões por direitos sociais, aspirações de mobilidade social por meio do sistema educacional, por parte dos estudantes e de suas famílias, necessidade de aquisição de competências técnicas para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais instável e seletivo.

A reforma universitária possibilitou a profissionalização dos docentes e criou condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. (SOARES, 2002).

Nesse sentido, a educação tinha um papel importante no processo de legitimação pelo grau de abertura da sociedade. Uma sociedade em processo de industrialização e de democratização deveria mostrar um sistema de estratificação social mais fluído. Nos meados da década de 60 e nos anos 70, há uma ênfase dos estudos econômicos da educação.

A partir do trabalho de Schultz (1973), são utilizados conceitos como o de capital humano, para explicar o investimento em educação, o de produtividade, taxa de retorno, custos com educação e a concepção de educação, enquanto mercadoria. Essa visão de educação repercute na sociedade em termos de crescimento econômico e nos indivíduos quanto à melhoria de renda, através de uma maior qualificação para o mercado de trabalho. No Brasil, esse período é caracterizado pela importância da intervenção do Estado na economia, visando a superação do subdesenvolvimento. Ocorreram uma industrialização progressiva e uma internacionalização da estrutura



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

produtiva, aspectos já observados ao final da década de 50. O desenvolvimento era considerado enquanto modernização e, neste sentido, a inserção do país no mercado internacional era essencial.

Porém, é importante destacar a política econômica e desenvolvimentista contida na Reforma Universitária, ou seja, temos a idéia que a universidade revelava-se inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento e modernização que estava ocorrendo, exigindo, portanto, a racionalização das atividades universitárias (criação do departamento, do sistema de créditos, do ciclo básico), a fim de lhes conferir maior eficiência e produtividade, aspecto peculiar à análise econômica da educação.

Assim, há uma mudança na forma de legitimação possibilitada pela educação. Se anteriormente a mobilidade social resultante do acesso à educação expressava uma sociedade mais aberta e democrática, nas décadas de 60 e 70, a legitimação tem base mais econômica, ou seja, o importante é o papel da educação no desenvolvimento. O que importa nesse período é o crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

GROPPO, Luis Antônio. **A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960**. Impulso 40. book page 117, 2005. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf>. Acesso em 01 de julho de 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educ. Soc, Campinas, Vol.30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 12 de julho 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. **Uma reforma necessária**. Educ. Soc. [online]. 2006, vol. 27, n.96, pp. 1001-1020. ISSN 0101-7330.

PILETTI, Nelson: **História da educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo. Ática, 1997.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar** 13. Ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

SOARES, Leôncio José Gomes. **A Política Educacional**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/a_politica_educacional.asp?F_id_artigo=325. Acesso em: 14 de julho de 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1989.